



Via da Aprovação



@palestranteluanlima

LUAN LIMA

MINISSIMULADO PMBA

DIREITO ADMINISTRATIVO

20 QUESTÕES • NÍVEL ALTO • PADRÃO FCC

MINISSIMULADO PMBA

Direito Administrativo • 20 questões inéditas • nível alto

Nome do(a) candidato(a):	
Data:	Tempo líquido:

VERSÃO**Caderno do aluno - gabarito comentado**

INSTRUÇÕES

- Este caderno contém 20 questões de múltipla escolha, com cinco alternativas e uma única resposta correta.
- Conteúdo: Administração Pública; princípios; poderes e deveres; cargo, emprego e função; e Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 1º a 59.
- Tempo sugerido: 40 minutos, com reserva de 5 minutos para transcrição da folha de respostas.
- Marque apenas uma alternativa por questão. Questão com mais de uma marcação deve ser considerada inválida para fins de treino.
- Faça o minissimulado sem consulta. A folha de respostas aparece após a questão 20.

FRASE DE COMPROMISSO**A disciplina de hoje constrói a aprovação de amanhã.**

Critério editorial

A dificuldade foi construída por casos concretos, confronto entre institutos próximos e exceções expressas. A parte geral foi limitada a entendimentos consolidados e a cobrança do Estatuto observou apenas os arts. 1º a 59, evitando dispositivos cuja atualização pudesse gerar duas respostas defensáveis.

QUESTÕES

VIA DA APROVAÇÃO

1. Um Estado cria, por lei, uma autarquia para executar atividade administrativa típica e, depois, distribui internamente competências entre diretorias da nova entidade. Os fenômenos verificados são, respectivamente,

- (A) desconcentração administrativa e descentralização por colaboração.
- (B) centralização administrativa e descentralização territorial.
- (C) descentralização por outorga e desconcentração administrativa.
- (D) delegação de serviço público e privatização administrativa.
- (E) descentralização por colaboração e concentração administrativa.

VIA DA APROVAÇÃO

2. A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A impessoalidade impede a publicidade institucional destinada à promoção pessoal de agentes.
- (B) A moralidade administrativa funciona como parâmetro jurídico de validade da atuação estatal.
- (C) A publicidade admite restrições constitucionais destinadas à proteção da intimidade e da segurança.
- (D) A eficiência não autoriza o administrador a afastar exigências impostas pelo princípio da legalidade.
- (E) Pela legalidade, o agente público pode praticar tudo o que a lei não proíba expressamente.

VIA DA APROVAÇÃO

3. A Administração identifica vício de legalidade em um ato e inconveniência superveniente em outro ato válido. Em regra, quanto aos próprios atos, deverá

- (A) revogar ambos, pois a autotutela alcança igualmente legalidade e mérito.
- (B) anular o primeiro e poderá revogar o segundo, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) anular ambos, porque a inconveniência superveniente equivale a ilegalidade.
- (D) aguardar decisão judicial para anular o ato ilegal e revogar o ato válido.
- (E) convalidar o primeiro e anular o segundo, independentemente da natureza dos vícios.

VIA DA APROVAÇÃO

4. Sobre os poderes vinculado e discricionário, assinale a alternativa incorreta.

- (A) No poder vinculado, a lei predetermina os elementos necessários à prática do ato.
- (B) A discricionariedade consiste em liberdade juridicamente limitada de escolha administrativa.
- (C) O Judiciário pode controlar a legalidade do ato discricionário sem substituir o mérito legítimo.
- (D) A discricionariedade permite ao agente escolher livremente a competência e a finalidade do ato.
- (E) A existência de margem de escolha não dispensa a motivação quando esta for juridicamente exigida.

VIA DA APROVAÇÃO**5. A distinção entre os poderes hierárquico e disciplinar está corretamente apresentada em:**

- (A) O hierárquico organiza relações internas; o disciplinar alcança quem mantém vínculo especial com a Administração.
- (B) O disciplinar permite sancionar indistintamente qualquer cidadão, ainda que ausente vínculo específico.
- (C) O hierárquico estabelece subordinação entre a Administração direta e as autarquias por ela supervisionadas.
- (D) O disciplinar autoriza editar regulamentos autônomos para distribuir competências entre órgãos públicos.
- (E) O hierárquico e o poder de polícia possuem objeto idêntico e incidem sobre relações gerais de sujeição.

VIA DA APROVAÇÃO**6. A respeito do poder regulamentar, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Compete ao chefe do Executivo expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.
- (B) O regulamento executivo deve permanecer subordinado à lei que pretende viabilizar.
- (C) O regulamento pode criar infrações e sanções originárias sem qualquer fundamento em lei.
- (D) O decreto autônomo somente é admitido nas hipóteses delimitadas pela Constituição Federal.
- (E) Autoridades administrativas podem editar atos normativos internos nos limites de suas competências.

VIA DA APROVAÇÃO**7. Sobre os atributos e os limites do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta.**

- (A) A coercibilidade significa que a medida policial depende da concordância prévia do administrado.
- (B) O poder de polícia somente pode incidir depois da prática de uma conduta ilícita pelo particular.
- (C) Toda medida de polícia é necessariamente discricionária e autoexecutória.
- (D) A licença é discricionária e precária, enquanto a autorização é vinculada e definitiva.
- (E) A autoexecutoriedade não está presente em toda medida nem permite cobrança forçada direta de multa.

VIA DA APROVAÇÃO**8. Acerca do uso e do abuso de poder, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Há excesso de poder quando o agente ultrapassa os limites de sua competência.
- (B) Há desvio de finalidade quando o agente atua fora dos limites de sua competência administrativa.
- (C) A omissão administrativa pode caracterizar abuso quando houver dever jurídico de agir.
- (D) Um ato aparentemente adequado à competência pode ser inválido por finalidade desviada.
- (E) O abuso de poder sujeita-se ao controle administrativo e jurisdicional de legalidade.

VIA DA APROVAÇÃO**9. Entre os deveres impostos aos administradores públicos, está corretamente compreendido o dever de**

- (A) agir, que permite recusar providência vinculada sempre que a autoridade a considere inconveniente.
- (B) eficiência, que autoriza simplificar procedimentos mesmo mediante violação de exigência legal essencial.
- (C) probidade, entendido apenas como recomendação ética sem consequências jurídicas.
- (D) prestar contas, que alcança quem utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos.
- (E) atender ao interesse público, ainda que a competência seja empregada para objetivo pessoal do agente.

VIA DA APROVAÇÃO**10. Sobre cargo, emprego e função públicos, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Todo exercício de função pública pressupõe que seu titular ocupe cargo público efetivo.
- (B) O cargo público reúne atribuições definidas normativamente e submete seu titular a regime estatutário.
- (C) O emprego público estabelece vínculo contratual, submetido predominantemente à legislação trabalhista.
- (D) O contratado temporariamente exerce função pública sem ocupar cargo efetivo ou emprego permanente.
- (E) A investidura em cargo ou emprego depende de concurso, ressalvadas as exceções constitucionais.

VIA DA APROVAÇÃO**11. Considerando as funções de confiança e os cargos em comissão, assinale a alternativa correta.**

- (A) Ambos devem ser preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.
- (B) As funções de confiança podem ser atribuídas livremente a pessoas sem vínculo efetivo.
- (C) Funções de confiança são exclusivas de efetivos; ambos se destinam a direção, chefia e assessoramento.
- (D) Cargos em comissão destinam-se ordinariamente a atribuições técnicas permanentes e rotineiras.
- (E) Funções de confiança e cargos em comissão podem ser criados diretamente por ato administrativo.

VIA DA APROVAÇÃO**12. Nos termos dos arts. 1º a 11 do Estatuto dos Policiais Militares da Bahia, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Hierarquia e disciplina constituem a base institucional da Polícia Militar.
- (B) Disciplina e respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida.
- (C) Posto é conferido pelo Governador; graduação, pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.
- (D) Em igualdade de posto ou graduação, policiais da ativa precedem os da inatividade.
- (E) O Aluno-a-Oficial é hierarquicamente inferior aos Subtenentes da Polícia Militar.

VIA DA APROVAÇÃO

13. Após decisão administrativa prevista em lei, foi invalidado o ato que demitira determinado policial militar, impondo-se seu retorno ao cargo anteriormente ocupado. A forma de provimento descrita é

- (A) reversão, porque todo retorno ao serviço ativo recebe essa denominação.
- (B) reintegração, por decorrer da invalidação do ato de afastamento.
- (C) nomeação temporária, condicionada à existência de cargo de livre exoneração.
- (D) inclusão como excedente, independentemente da existência de vaga no quadro.
- (E) agregação, pois o policial retorna à escala hierárquica sem ocupar cargo.

VIA DA APROVAÇÃO

14. Sobre a convocação do policial militar da reserva remunerada para o serviço ativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Depende da conveniência administrativa, possui caráter transitório e exige aceitação voluntária.
- (B) O convocado não concorre à promoção, embora possua os demais direitos e deveres correspondentes.
- (C) A convocação deve ser precedida de inspeção de saúde e não permite função de comando ou chefia.
- (D) A nomeação do reservista para cargo em comissão implica automaticamente sua convocação ao serviço ativo.
- (E) Sua duração corresponde ao tempo necessário ao cumprimento da atividade ou missão que a originou.

VIA DA APROVAÇÃO

15. Um policial militar é promovido por bravura quando não existe vaga em seu Quadro. Conforme o Estatuto, ele passa automaticamente à situação de

- (A) excedente, permanecendo em efetivo serviço e ocupando a primeira vaga que se abrir.
- (B) agregado, deixando de concorrer a cursos e promoções enquanto não surgir vaga.
- (C) reserva remunerada, com possibilidade de convocação voluntária posterior.
- (D) reformado, por ter ultrapassado temporariamente o efetivo previsto no Quadro.
- (E) adido, sem posição relativa de antiguidade na escala hierárquica.

VIA DA APROVAÇÃO

16. Acerca da estabilidade e do estágio probatório do policial militar, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício e aprovação no estágio probatório.
- (B) O estágio probatório possui duração de trinta e seis meses e examina, entre outros fatores, eficiência.
- (C) O período em que o praça especial permanece no curso de formação não integra o estágio probatório.
- (D) A aquisição da estabilidade exige homologação do estágio probatório pela autoridade competente.
- (E) A autoridade competente dispõe de prazo improrrogável de trinta dias para homologar o resultado.

VIA DA APROVAÇÃO

17. Policial militar da ativa pretende adquirir quotas de sociedade limitada, sem participar da administração ou da gerência. À luz do Estatuto, a conduta é

- (A) proibida, porque o militar da ativa não pode ter qualquer participação societária.
- (B) permitida somente se ele também assumir a gerência da sociedade.
- (C) proibida apenas quando a sociedade não contratar diretamente com a Administração.
- (D) permitida sem restrições, inclusive para administrar a sociedade durante o serviço.
- (E) permitida como participação por quotas, preservada a vedação à administração ou gerência.

VIA DA APROVAÇÃO

18. Considerando comando, subordinação e responsabilidade pelo cumprimento de ordens, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O subordinado deve solicitar os esclarecimentos necessários ao entendimento da ordem recebida.
- (B) A ordem manifestamente ilegal deve ser plena e prontamente acatada em razão da hierarquia.
- (C) Quem exorbita no cumprimento da ordem responde pessoal e integralmente pelos excessos cometidos.
- (D) O policial em comando responde pelas decisões, ordens, atos e consequências correspondentes.
- (E) A subordinação decorre da estrutura hierárquica e não afeta a dignidade pessoal do militar.

VIA DA APROVAÇÃO

19. Quanto às responsabilidades do policial militar pelo exercício irregular de suas atribuições, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil exige necessariamente ato comissivo e doloso.
- (B) As responsabilidades civil, penal e administrativa não podem ser cumuladas.
- (C) A responsabilidade penal restringe-se aos crimes definidos como propriamente militares.
- (D) A absolvição criminal que negue o fato ou a autoria elimina a responsabilidade administrativa.
- (E) A instauração de sindicância não produz efeito algum sobre a prescrição disciplinar.

VIA DA APROVAÇÃO

20. Sobre sanções e apuração disciplinar nos arts. 52 a 59 do Estatuto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A autoridade instauradora pode impor, sem fundamentação, o afastamento cautelar diretamente.
- (B) O afastamento cautelar inicial pode durar trinta dias, sem prejuízo da remuneração.
- (C) A medida cautelar proíbe temporariamente uniforme e arma e admite uma prorrogação por igual prazo.
- (D) A autoridade que conhece irregularidade no serviço deve promover sua imediata apuração.
- (E) Advertência e detenção podem ter registros cancelados, respectivamente, após dois e quatro anos.

FOLHA DE RESPOSTAS

Preencha com caneta azul ou preta. Para fins de treino, evite rasuras e marque uma única alternativa.

Nome:	Data:
Acertos:	Percentual:

Nº	A	B	C	D	E	Nº	A	B	C	D	E
1	☐	☐	☐	☐	☐	11	☐	☐	☐	☐	☐
2	☐	☐	☐	☐	☐	12	☐	☐	☐	☐	☐
3	☐	☐	☐	☐	☐	13	☐	☐	☐	☐	☐
4	☐	☐	☐	☐	☐	14	☐	☐	☐	☐	☐
5	☐	☐	☐	☐	☐	15	☐	☐	☐	☐	☐
6	☐	☐	☐	☐	☐	16	☐	☐	☐	☐	☐
7	☐	☐	☐	☐	☐	17	☐	☐	☐	☐	☐
8	☐	☐	☐	☐	☐	18	☐	☐	☐	☐	☐
9	☐	☐	☐	☐	☐	19	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐	20	☐	☐	☐	☐	☐

Faixa de desempenho sugerida

0-9	Base ainda instável: retome a teoria e refaça as questões erradas.
10-14	Desempenho intermediário: revise os dispositivos que geraram dúvida.
15-17	Bom domínio: concentre-se nas exceções e nos erros de leitura.
18-20	Domínio elevado: mantenha revisão espaçada e controle de tempo.

GABARITO COMENTADO

Use os comentários para identificar o fundamento do erro, não apenas para conferir a letra.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	E	B	D	A	C	E	B	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	B	D	A	C	E	B	D	A

QUESTÃO 1 • RESPOSTA C

Fundamento: Decreto-Lei nº 200/1967, arts. 4º e 5º; organização administrativa.

A criação de autarquia transfere a titularidade e a execução da atividade a pessoa jurídica distinta, caracterizando descentralização por outorga. A divisão de competências entre órgãos da própria autarquia ocorre dentro da mesma pessoa jurídica e constitui desconcentração.

QUESTÃO 2 • RESPOSTA E

Fundamento: Constituição Federal, art. 37, caput e § 1º; Lei nº 9.784/1999, art. 2º.

A legalidade administrativa exige fundamento jurídico para a atuação do agente público. A liberdade residual de fazer o que a lei não proíbe é própria dos particulares; não constitui a regra aplicável ao administrador.

QUESTÃO 3 • RESPOSTA B

Fundamento: Lei nº 9.784/1999, art. 53; princípio da autotutela.

A Administração deve anular o ato ilegal e pode revogar o ato válido por razões de conveniência ou oportunidade. A anulação controla legalidade; a revogação incide sobre o mérito administrativo e deve respeitar direitos adquiridos.

QUESTÃO 4 • RESPOSTA D

Fundamento: Regime jurídico-administrativo; Lei nº 9.784/1999, arts. 2º e 50.

Competência e finalidade permanecem vinculadas à ordem jurídica. A discricionariedade não é liberdade fora da lei, mas margem limitada de escolha quanto a aspectos que o legislador validamente deixou à apreciação administrativa.

QUESTÃO 5 • RESPOSTA A

Fundamento: Teoria dos poderes administrativos; Decreto-Lei nº 200/1967, arts. 11 a 14.

O poder hierárquico ordena, coordena, fiscaliza e revê atividades dentro de uma estrutura administrativa. O disciplinar apura e sanciona infrações de servidores e de particulares sujeitos a vínculo específico; não se confunde com o poder de polícia geral.

QUESTÃO 6 • RESPOSTA C

Fundamento: Constituição Federal, art. 84, incisos IV e VI.

Regulamentos executivos detalham a execução da lei e não podem inovar originariamente no ordenamento. Os decretos autônomos são excepcionais e limitam-se às matérias previstas diretamente no art. 84, VI, da Constituição.

QUESTÃO 7 • RESPOSTA E

Fundamento: Código Tributário Nacional, art. 78; teoria do poder de polícia.

A autoexecutoriedade depende de previsão legal ou de situação urgente e não acompanha todas as medidas de polícia. A multa pode ser aplicada administrativamente, mas sua cobrança forçada exige os meios jurídicos próprios, como a execução fiscal.

QUESTÃO 8 • RESPOSTA B

Fundamento: Teoria do abuso de poder; Lei nº 9.784/1999, art. 2º, parágrafo único.

A alternativa confundiu as modalidades. Atuar além da competência caracteriza excesso de poder; utilizar competência existente para alcançar finalidade diversa da prevista em lei configura desvio de finalidade.

QUESTÃO 9 • RESPOSTA D

Fundamento: Constituição Federal, arts. 37 e 70, parágrafo único.

O dever de prestar contas possui alcance amplo e recai sobre qualquer pessoa que gerencie ou administre dinheiros, bens ou valores públicos. Eficiência, probidade e interesse público não autorizam violação da legalidade ou uso pessoal da competência.

QUESTÃO 10 • RESPOSTA A

Fundamento: Constituição Federal, art. 37, incisos I, II e IX.

Função pública é o conjunto de atribuições exercidas em nome do Estado e pode existir sem cargo efetivo, como ocorre na contratação temporária. Cargo e emprego são centros de atribuições associados, respectivamente, a vínculos estatutário e contratual.

QUESTÃO 11 • RESPOSTA C

Fundamento: Constituição Federal, art. 37, inciso V.

As funções de confiança são exercidas exclusivamente por ocupantes de cargo efetivo. Funções de confiança e cargos em comissão destinam-se somente a direção, chefia e assessoramento; a lei define as condições e os percentuais mínimos de cargos em comissão reservados a servidores de carreira.

QUESTÃO 12 • RESPOSTA E

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 3º, 10 e 11.

O Aluno-a-Oficial é hierarquicamente superior aos Subtenentes. O Estatuto também estabelece a precedência dos militares da ativa sobre os da inatividade quando houver igualdade de posto ou graduação.

QUESTÃO 13 • RESPOSTA B

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 12 a 15.

Reintegração é o retorno do policial militar demitido ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de sua transformação, após invalidação judicial transitada em julgado ou administrativa nas hipóteses legais.

QUESTÃO 14 • RESPOSTA D

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, art. 18.

O Estatuto afirma expressamente que a nomeação para cargo em comissão não implica convocação. A convocação é transitória, voluntariamente aceita, realizada por ato do Governador e vinculada à duração da missão.

QUESTÃO 15 • RESPOSTA A

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 21 e 27.

A promoção por bravura sem vaga gera a situação de excedente. O militar continua considerado em efetivo serviço, conserva sua posição relativa de antiguidade e ocupa a primeira vaga aberta, nos termos do Estatuto.

QUESTÃO 16 • RESPOSTA C

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 35 e 36.

O período em que o praça especial se encontra no curso de formação é computado no estágio probatório. O Estatuto prevê trinta e seis meses e enumera fatores como assiduidade, disciplina, ética, responsabilidade, adequação aos deveres e eficiência.

QUESTÃO 17 • RESPOSTA E

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 39 e 40.

O policial militar da ativa não pode comerciar nem administrar ou gerenciar sociedade. O próprio art. 40 ressalva, contudo, a participação como acionista ou quotista nas formas societárias nele indicadas.

QUESTÃO 18 • RESPOSTA B

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 42, 43 e 48.

A hierarquia não impõe obediência a ordem manifestamente ilegal. O Estatuto excepciona expressamente essas ordens e responsabiliza pessoalmente o executante pelos excessos e abusos praticados no cumprimento.

QUESTÃO 19 • RESPOSTA D

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, art. 50.

As instâncias são, em regra, independentes e cumuláveis. Entretanto, o Estatuto determina a elisão da responsabilidade administrativa quando a absolvição criminal negar a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 20 • RESPOSTA A

Fundamento: Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 52 a 59.

A autoridade instauradora deve agir fundamentadamente e requerer o afastamento ao escalão competente; não o impõe diretamente e sem motivação. A medida dura trinta dias, pode ser prorrogada uma vez e não prejudica a remuneração.

REFERÊNCIAS E CONTROLE DE QUALIDADE

Fontes normativas

- Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente arts. 37, 70 e 84.
- Decreto-Lei nº 200/1967, especialmente arts. 4º a 14.
- Lei federal nº 9.784/1999, especialmente arts. 2º, 50 e 53.
- Lei federal nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional, art. 78.
- Lei estadual nº 7.990/2001 - Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia, arts. 1º a 59, com alterações indicadas no texto disponibilizado pela PMBA.

Matriz de cobrança

Eixo	Questões	Quantidade
Administração Pública e princípios	1 a 3	3
Poderes e deveres administrativos	4 a 9	6
Cargo, emprego e função públicos	10 e 11	2
Lei estadual nº 7.990/2001, arts. 1º a 59	12 a 20	9

Controle editorial

As 20 questões são inéditas neste caderno. Há quatro respostas para cada letra de A a E. Os enunciados alternam identificação da opção correta e da incorreta, e cada comentário apresenta o fundamento central usado na correção.

VIA DA APROVAÇÃO

Preparação para carreiras • desenvolvimento de pessoas • alcance de metas